

Casas Bahia enfrenta ações de despejo em lojas do Grande ABC

Casas Bahia enfrenta ações de despejo em lojas do Grande ABC

Processos motivados por falta de pagamento foram citados em pedido de recuperação judicial e envolvem quatro das sete cidades da região

BEATRIZ MIRELLE
beatrizmirelle@dgabc.com.br

A Casas Bahia enfrenta ações de despejo por falta de pagamento movidas por proprietários e administradores de imóveis em diferentes cidades de São Paulo. Os processos envolvem lojas instaladas em shoppings e outros imóveis comerciais. De acordo com a empresa, as unidades físicas representam mais da metade de sua receita operacional. No Grande ABC, há casos em Santo André, São Bernardo, Diadema e Ribeirão Pires.

As ações foram registradas nas 1ª e 4ª varas Cíveis da Comarca de Santo André, nas 3ª e 7ª Varas cíveis da Comarca de São Bernardo, nas 1ª, 2ª e 4ª varas cíveis da Comarca de Diadema e 1ª Vara da Comarca de Ribeirão Pires. Há também processos em cidades como Osasco, Mogi das Cruzes, Cubatão, Itapevi e Guarulhos, além de bairros da Capital.

Os dados foram citados no pedido de recuperação judicial protocolado na semana passada para renegociar R\$ 17,3 bilhões em dívidas.

O advogado especialista em reestruturação empresarial Marcos Pelozato disse que não existe uma blindagem automa-

tica contra ações de despejo só porque a empresa solicitou recuperação judicial. "Uma coisa é a cobrança do aluguel, outra é o direito do proprietário de reter o imóvel. Se o aluguel venceu antes do pedido, esse crédito, em regra, fica sujeito à recuperação e deverá ser tratado dentro do plano."

Segundo ele, em relação ao despejo, o entendimento do STJ (Superior Tribunal de Justiça) é de que a ação pode prosseguir porque o imóvel pertence ao locador, não à empresa em recuperação.

"No caso específico da Casas Bahia, existe uma particularidade: a Justiça concedeu uma proteção provisória para evitar a interrupção de contratos e serviços considerados essenciais, incluindo aluguéis, enquanto analisa o pedido. A solicitação está em análise e cada contrato pode exigir uma avaliação própria", afirma o advogado.

Pelozato destacou que a principal função dessa recuperação é impedir que cada credor tente resolver o seu problema individualmente e, com isso, desmonte uma empresa que ainda pode ser recuperada.

De acordo com a mestre em Direito Constitucional Mara Wilhelm, sócia da Wilhelm Adv

vogados, a proteção garantida quando aprovada é a suspensão de todas as execuções judiciais, bloqueios, buscas e apreensões, por um prazo inicial de 180 dias, o que pode ser prorrogado por igual período. "Com isso, há um período importante para realizar sua reestruturação, organização dos passivos e equilíbrio do caixa, porque as dívidas elencadas como sujeitas ao plano de recuperação ficam 'congeladas' aguardando a sua aprovação para posteriormente iniciarem o pagamento conforme regras estabelecidas pelos credores na assembleia."

RECUPERAÇÃO. Unidades físicas representam mais da metade da receita operacional das Casas Bahia

A empresa comunicou que tomou a decisão devido à "deterioração das condições econômico-financeiras". O crédito mais restritivo, juros elevados e consumo pressionado foram as justificativas para fechar 298 lojas e dispensar 3.000 funcionários.

Entre as unidades que encerraram as atividades, estão as dos shoppings ABC e Grand Plaza, em Santo André. De acordo com o Grand Plaza, as movimentações de lojistas fazem parte da dinâmica natural do varejo. "O shopping mantém uma operação robusta e diversificada, com 97% de ocu-

pação física no segundo trimestre de 2026, e segue com sua estratégia de atração de marcas e oferta de compras, serviços e entretenimento." O ABC não se pronunciou até o fechamento desta edição. O Diário questionou a Casas Bahia sobre os processos e aguarda retorno.



Durigan diz que não há crise geral

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, declarou ontem que a crise do grupo Casas Bahia, que protocolou pedido de recuperação judicial, não indica uma crise geral da economia brasileira. Segundo ele, o varejo é afetado por elementos específicos, como dependência de crédito de fornecedores e consumidores.

"Você pode ter problemas, eu não minimizo, é um drama para as famílias dos trabalhadores, mas quando você olha

para a economia como um todo, mesmo o varejo tendo um crescimento", disse em entrevista à Globonews. Segundo ele, houve um decréscimo no número de falências e pedidos de recuperação judicial, e esse setor "ficou atrás, inclusive, da indústria".

Na quinta-feira (20), o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, candidato à reeleição pelo Republicanos, avaliou que a situação expõe os desafios que o empreendedor

brasileiro tem enfrentado diante da insegurança jurídica e das altas taxas de juros.

Para Durigan, a Selic, em 14% ao ano, tem impacto direto nas operações das empresas, mas o caso não indica um problema generalizado. "Quando tem um cenário de juros apertado, é claro que você tem uma diminuição da atividade, que é dependente de crédito", comentou. "Há uma série de elementos que explicam, em grande medi-

da, o que está acontecendo, mas que não justificam um argumento político mais escandaloso sobre crise geral, porque não há."

Ele manteve o posicionamento após ser questionado sobre problemas financeiros de outras empresas, como Marabraz, Tok&Stok e Habib's. "A gente ouve falar de fechamentos, claro que nos entristece, e é parte da vida entender essas transformações. No que o Estado puder ajudar, sem comprometer a concorrência ou fazer intervenção indevida, a gente tem feito." **BM**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Economia Página: 5